

OS JUÍZES E SEUS AUXILIARES

Luís NASSIF (*)

Toda essa celeuma sobre os salários do Judiciário jogou para segundo plano uma distorção extraordinária do poder: os maiores salários não são dos juízes, mas de seus auxiliares administrativos. Quem chama a atenção para o fato é Rui Costa Gonçalves, juiz federal do Piauí. Enquanto os salários dos juízes foram mantidos congelados por quatro anos, os servidores lograram benefícios relevantes. Primeiro, por meio da lei nº 9.421, de 24.12.96, que regula as carreiras de servidores do Poder Judiciário da União. O artigo 1º, parágrafo 2º da lei assegurou reajustes escalonados aos servidores a cada 1º de janeiro, a partir de 1997, e uma incidência de 20% a partir de 1º de janeiro do ano 2000. Nessa data, 66% dos ocupantes do cargo de oficial de Justiça passarão a ter vencimentos superiores aos do juiz federal de maior remuneração, lotado na mesma seção judiciária.

As distorções foram ampliadas por decisões administrativas, que permitiram aos funcionários incorporar o quinto e também o pagamento em duplicidade de funções comissionadas aos servidores. As duas medidas foram ilegais na sua opinião. Na época da decisão, já havia medida provisória com força de lei proibindo o quinto. E a Constituição Federal veda expressamente a acumulação de vantagens pecuniárias sob o mesmo título ou idêntico fundamento (art. 37, item XIV).

Distorções

O juiz levantou os dados de determinada seção judiciária em janeiro de 1999. As conclusões são surpreendentes:

a) o juiz federal de primeira instância em atividade, com vencimentos mais elevados, recebe R\$ 6.800, enquanto o juiz federal substituto mais bem remunerado recebe R\$ 6.130;

b) todos os diretores de secretaria (escrivães) têm vencimentos superiores aos pagos à totalidade dos juízes federais;

c) o diretor de secretaria com menor remuneração recebe 28% (vinte e oito por cento) acima do ganho do juiz federal com maiores vencimentos;

(*) - Luís NASSIF é jornalista

d) o diretor de secretaria com remuneração mais elevada recebe 2,76 vezes mais que a totalidade dos vencimentos daquele juiz federal;

e) entre os oficiais de Justiça, 42% (quarenta e dois por cento) ganham mais que o juiz federal substituto mais bem remunerado;

f) cerca de 16% (dezesseis por cento) dos oficiais de Justiça ganham mais que o juiz federal de maior remuneração;

g) no geral, em torno de 17% (dezesete por cento) dos servidores ganham, atualmente, mais que o juiz federal substituto;

h) aproximadamente 5% (cinco por cento) dos servidores, além dos oficiais de Justiça descritos no item antecedente, recebem vencimentos superiores ao do juiz federal de maior remuneração.

Teto e subteto

A remuneração dos juízes depende de uma lei conjunta dos três poderes, fixando o novo teto do funcionalismo. Uma corrente advoga que deve ser de R\$ 10.800 - maior teto do STF. Outra propõe R\$ 12.720 - que é o que recebem três ministros do STF apenas, que acumulam funções eleitorais.

A lei determina que a diferença para a instância imediatamente inferior não poderá ser superior a 5%. E estabelece subtetos nessas demais instâncias. Só que os quadros administrativos não foram subordinados a esses subtetos. Nada impediria que, em breve, muitos funcionários passassem a ganhar o mesmo que os ministros do STF.

Se vingasse o teto maior, os subsídios dos juízes ficariam assim: ministro do Supremo Tribunal Federal: R\$ 12.720; ministro de Tribunal Superior: R\$ 12.084; juiz de Tribunal Regional: R\$ 10.875,60; juiz federal de primeira instância: R\$ 9.788,04; juiz federal substituto: R\$ 8.809,23. São valores brutos, dos quais a partir de maio têm que se retirar quase 50%, a título de Imposto de Renda Retido na Fonte e contribuição previdenciária.